DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 6710/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/20923/2012
PROTOCOLO	: 1274015
ÓRGÃO	: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E HABITAÇÃO DE CAMPO GRANDE/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: JOÃO ANTONIO DE MARCO
CARGO DO ORDENADOR	: EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
VALOR	: R$ 78.950,00
RELATOR (A)	: CONS. JERSON DOMINGOS

Versam os presentes autos sobre a execução financeira do Procedimento Licitatório (Convite nº. 032/2012), que originou o Instrumento Contratual Substitutivo (Nota de Empenho nº 544/2012), celebrado entre o Município de Campo Grande/MS e a empresa Comercial Tucano Ltda, visando contratação de serviço e revisão no sistema elétrico compreendendo: motor de partida, troca de lanternas, chaveiro de ignição e outros, incluindo o fornecimento e aplicação de peças, nos caminhões da frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação.

O procedimento licitatório e o instrumento contratual substitutivo já foram julgados por esta Corte de Contas através do Acórdão nº. 1375/2015, constante na f. 57, cujo resultado foi pela **irregularidade** do procedimento licitatório **e regularidade** da formalização do instrumento contratual substitutivo.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-3822/2017, manifestou-se pela regularidade da execução financeira da contratação pública epigrafada (3ª fase).

Na mesma linha de entendimento, o Ministério Público de Contas exarou o parecer PAR-MPC- 8516/2017, opinando pela regularidade e legalidade da prestação de contas da execução financeira do contrato.

É o que cabe relatar.

Da análise dos autos, verifica-se que houve por parte do jurisdicionado o cumprimento das exigências legais[1] relativas à execução financeira do Instrumento Contratual Substitutivo (Nota de Empenho nº 544/2012).

A execução financeira da contratação pública, conforme a análise da 3ª Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

Notas de Empenho	R$ 78.950,00
Notas Fiscais	R$ 78.950,00
Ordens de Pagamento	R$ 78.950,00

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64 e com as determinações contidas na Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011 e no Regimento Interno desta Corte de Contas.

Mediante o exposto, acolho a análise da 3ª ICE e o parecer emitido pelo Representante do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** da execução financeira do Instrumento Contratual Substitutivo (Nota de Empenho nº 544/2012), oriundo do Procedimento Licitatório (Convite nº. 032/2012), celebrado entre o Município de Campo Grande/MS e a empresa Comercial Tucano Ltda, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

II - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 70, § 2º da Resolução Normativa nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 06 de julho de 2017.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

GDH

[1] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/64, Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.